

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI
PREÂMBULO:

O **Município de Camaragibe**, Estado de Pernambuco, através do seu Pregoeiro **GIVANILDO MEDEIROS DO NASCIMENTO** e **sua equipe de apoio**, designados por meio da **Portaria nº 02/2022 de 03 de janeiro de 2022**, torna público que na data, horário e local abaixo indicados, realizará a licitação para Registro de Preços na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, DECRETO MUNICIPAL Nº 10/2027, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS início: 13/09/2022, às 10 horas	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26/09/2022, às 10 horas	
TIPO DE DISPUTA: ABERTO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.039.212,52 (Três milhões, trinta e nove mil, duzentos e doze reais e cinquenta e dois centavos)	
Sistema eletrônico utilizado: Bolsa Nacional de Compras - BNC Endereço eletrônico do sistema: http://bnc.org.br/sistema/.	
Dados para contato	
Pregoeiro (a): GIVANILDO MEDEIROS DO NASCIMENTO	e-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br
Fone: (81)2129.9532	
Endereço: Departamento de Licitação, localizada no Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, Av. Belmino Correia 3038 – 1º andar, 54.768-000, Camaragibe, Pernambuco – PE.	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
<u>OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	
DIPONIBILIDADE DO EDITAL	

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

O Edital e anexos estão disponíveis no menu “Processo Licitatório” da página do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal na internet: <http://transparencia.camaragibe.pe.gov.br/app/pe/camaragibe/1/licitacoes> e pode ser solicitado pelo e-mail da CPL: cpl@camaragibe.pe.gov.br.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do Bolsa Nacional de Compras - BNC com <http://bnc.org.br/sistema/>.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Camaragibe, credenciado na função de Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizados pela Administração Direta, disponível na Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço <http://bnc.org.br/sistema/>.

1.4. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

1.5. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Bolsa Nacional de Compras - BNC e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão estas últimas.

2. DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM)**, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, com duração de até 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo nos itens que constituem o Termo de Referência.

2.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. **Para a fase do Pregão, será considerada a média do percentual de desconto ofertado nas propostas com percentuais iguais ou superiores a 4,33% para gasolina e 4% para diesel por item**

incidente sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco.

2.2.1 Cabe esclarecer que o sistema da plataforma do BNC, entende (itens) como sendo (lotes), dessa forma deve-se entender cada item como sendo um lote individual, podendo o licitante participar de quantos lote/itens for de seu interesse.

2.2.2 Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

Cota exclusiva para ME, EPP e MEI – Itens com valores de até R\$ 80.000,00.

Cota Reservada – correspondente a 20% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal;

Cota Principal – correspondente a 80% (setenta e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital; O critério de julgamento adotado será o maior desconto por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

4. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.039.212,52 (Três milhões, trinta e nove mil, duzentos e doze reais e cinquenta e dois centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da contratação da empresa de prestação de serviços correrão por conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, exercício 2022, nos seguintes elementos de despesa:

Secretaria de Administração:	20.17.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Assistência Social:	20.22.08.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Educação:	20.24.12.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Defesa Civil:	20.21.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Infraestrutura:	20.25.15.122.1050.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico:	20.20.19.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Esportes:	20.19.27.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão (eletrônico) os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação.

5.2. A participação no Pregão (eletrônico) dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

5.3. Como requisito para a participação no Pregão (eletrônico), o licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital.

5.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o item anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

5.5. Ficarão impedidas de participar:

5.5.1 Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Camaragibe;

5.5.2 Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.5.3 Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Camaragibe;

5.5.4 Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

5.5.5 Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não com OS (organizações sociais) ou OSCIP (organizações da sociedade civil de interesse público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.

5.6. Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

5.7. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor individual - MEI deverá declarar-se no sistema eletrônico como tal, informando que cumpre os requisitos de habilitação, conforme o item anterior, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

5.8. Para os itens de Cota Reservada ou de participação exclusiva, as licitantes deverão declarar no Sistema a condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, como requisito para o exercício do benefício à referida cota, sendo vedada, nesses casos, a subcontratação do objeto.

5.9 Para os itens da Cota Principal, as licitantes enquadradas na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que pretenderem utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão assinalar em campo próprio do Sistema que atendem aos requisitos dos artigos 3º e 18-A da Lei mencionada.

5.10 A ausência da informação prevista no item 5.4 não impedirá a participação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual na Cota Principal do processo licitatório, porém será considerado que abdicou do exercício das referidas prerrogativas.

5.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o órgão licitante julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93.

6.2. Qualquer licitante poderá impugnar o presente Edital, devendo protocolar a petição, em campo próprio no sistema, até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para abertura da sessão pública.

6.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

6.4. A decisão do Pregoeiro sobre o julgamento da impugnação será disponibilizada eletronicamente, até a abertura do pregão, podendo, tal comunicação, ser feita na própria sessão, **fazendo-se o registro no “chat”**.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6.6. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, inseridos no sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC, nos moldes de funcionalidade do Sistema, e ainda poderão ser encaminhados por e-mail (cpl@camaragibe.pe.gov.br).

6.7. O Pregoeiro disponibilizará a resposta aos pedidos de esclarecimentos no Painel de Licitações da página do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal(<http://transparencia.camaragibe.pe.gov.br/app/pe/camaragibe/1/licitacoes>) , até um dia útil antes da data limite para abertura da sessão pública.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 Para fins de participação neste pregão, os interessados deverão obter da Bolsa Nacional de Compras - BNC mencionada neste Edital, o login pessoal de acesso ao sistema.

7.2 O processo de credenciamento será iniciado pelo interessado, através da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço <http://bnc.org.br/sistema/>.

7.3 Em caso de dificuldade no credenciamento junto ao sistema acima, os licitantes deverão entrar em contato com a Bolsa Nacional de Compras – BNC, Fone /WhatsApp: (42) 3026 4550 - Ponta Grossa - PR, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Camaragibe, fone: 81 2129-9532, e-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br

7.4 Por ocasião do credenciamento junto ao provedor do sistema, o interessado deverá comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

7.5 Os interessados ainda não credenciados no sistema eletrônico deverão providenciar o credenciamento, preferencialmente, antes da data limite de apresentação das propostas iniciais.

7.6 Os interessados poderão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os atos e operações nos sistemas de compras eletrônicas utilizados nas licitações.

7.7 O sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

7.8 O login e a senha poderão ser utilizados conforme Plano de Adesão efetuada pelo Licitante, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC ou do Município De Camaragibe, devidamente justificado.

7.9 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Camaragibe e a BNC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.10 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.11 Recomendamos obter junto a Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ Whatsapp: 41 99136-7677, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com a

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Camaragibe, fone: 81 2129-9532, e-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br, outras informações sobre o processo de credenciamento no sistema de compras eletrônica.

8. PROPOSTA

8.1. No prazo designado no preâmbulo deste edital, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços expressos em moeda nacional, em algarismos hindu-arábico, até a data e hora marcadas para a sessão do Pregão.

8.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste edital, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I) e o Modelo de Proposta (Anexo II), e deverá conter:

- a. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema;
- b. Especificação dos preços unitários de cada item do objeto licitado, os quais serão totalizados automaticamente pelo sistema;

8.3. As exigências constantes das alíneas do subitem 8.1 anterior deverão ser atendidas por intermédio de arquivo a ser anexado à proposta de preços nos moldes de funcionalidade do Sistema BNC por ocasião da formalização de preços pelo licitante participante.

8.4. A licitante deverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS do(s) item(ns) nos quais pretende concorrer.

8.5. Em caso de redução do valor proposto, após o encerramento da sessão de lances, o licitante que apresentar o menor preço final deverá adequar a proposta ao lance final ofertado, preenchendo no sistema os novos preços unitários dos itens vencedores.

8.6. Deverão estar incluídos nos preços propostos todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

8.7. Os preços finais (unitários e totais) ofertados não poderão ultrapassar os preços unitários e totais máximos fixados neste Edital.

8.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

8.9. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.10. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura do Pregão, independentemente de declaração do licitante.

8.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.12. Para fins de contratação, não acarretando desclassificação de proposta de preços, solicita-se, quando do encaminhamento da proposta final escrita ou da documentação de habilitação, a juntada dos dados do responsável da empresa que assinará o futuro contrato.

8.13. DA PROPOSTA DE DESCONTO

Conforme o item 7 do Termo de Referência anexo I deste Edital.

9. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e com as especificações técnicas do objeto.

9.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Camaragibe ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

9.2. O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MAIOR DESCONTO POR ITEM.

9.2.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.2.3. Não serão aceitas propostas com valores unitários ou global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.2.3.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

9.2.3.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

- 9.2.4. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).
- 9.2.5. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados, conforme disposto no item 9.3 deste Edital.
- 9.3. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, assim consideradas aquelas que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, deverão ser corrigidas pela licitante.
- 9.3.1. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global;
- 9.3.2. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
- 9.4. Decidida a aceitação da proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.
- 9.5. Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a fim de apresentar a proposta de preços e os documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste processo, serão exigidos os seguintes documentos:

10.1 Habilitação Jurídica:

1. Cópia Cédula de identidade ou documento equivalente com foto do sócio administrador responsável pela empresa licitante
2. Contrato Social acompanhado da sua última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada ou Registro Comercial quando se tratar de Empresa Individual, ou Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização

para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4. Declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos em cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

10.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

10.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal:

Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br; Esta Certidão compreende também as contribuições previdenciárias;

10.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual:

Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Pernambuco, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site:

http://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscal;

10.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:

10.2.4. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;

10.2.5. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

10.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3. Qualificação Técnica:

- 10.3.1.** Comprovação de experiência prévia de fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado;
- 10.3.2.** O atestado de qualificação técnico-profissional só será exigido para os itens de valor significativo do objeto da licitação, assim considerados aqueles cujos valores individuais sejam iguais ou superiores a 10% (quatro por cento) do valor total estimado para o Registro de Preços, conforme Planilha de Quantitativos, no apêndice 1 deste Termo de Referência;
- 10.3.3.** Não serão aceitas atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

10.4. Qualificação Econômico-Financeiro:

- 10.4.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 10.4.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 10.4.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 10.4.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 10.4.5. Caso o licitante seja uma Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 10.4.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo}}{\text{}}$$

Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não
Circulante

Ativo Total

SG = _____
Passivo Circulante + Passivo Não
Circulante

Ativo Circulante

LC = _____
Passivo Circulante

- 10.4.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (DEZ POR CENTO) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 10.4.8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio OU, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;
- 10.4.9. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos em 1º e 2º grau distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio;
- 10.4.10. A certidão descrita no **item 10.4.9.** somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio (item 10.4.8) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos;
- 10.4.11. Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

11. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

- 11.1. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.
- 11.2. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 10.2, devem encontrar-se válidos na data da convocação.
- 11.3. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial que terá validade de 90 (noventa) dias da sua expedição.
- 11.4. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.
- 11.5. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.
- 11.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pelo pregoeiro, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.
- 11.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 11.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.9. Para fins de contratação, não acarretando em desclassificação de proposta, solicita-se a juntada dos dados do responsável da empresa que assinará o futuro contrato.
- 11.10. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

- 11.11. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 11.7.
- 11.12. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 11.13. O Pregoeiro poderá efetuar consulta nas páginas oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, acerca da regularidade fiscal e trabalhista da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.
- 11.14. Em caso de participação de licitantes estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. Caso seja vencedora as licitantes estrangeiras, com condição para assinatura do contrato, deverão os documentos apresentados ser traduzidos por tradutor juramentado e autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.15. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório.

12. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

- 12.1. A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, observando-se ainda a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando subsidiariamente, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
- 12.2. O critério de julgamento será o de **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, admitindo-se como critério de aceitabilidade os preços máximos fixados no item 2.1 deste edital.
- 12.3. O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 12.4. A partir do horário indicado no preâmbulo deste edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste edital, passando o Pregoeiro a examinar as propostas.
- 12.5. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que não permitam aferir a compatibilidade do(s) serviço(s) ofertado(s) com as especificações do edital;
- c) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

- 12.6. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 12.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão efetuada pelo próprio licitante.
- 12.8. A partir da abertura da etapa competitiva, que será no modo de disputa **ABERTO**, o tempo estimado para disputa dos itens será de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 12.9. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 12.8, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 12.10. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 12.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 12.11. A cada lance ofertado, o licitante será informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 12.12. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 12.13. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 12.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.15. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta de menor preço.

- 12.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos : a) no País; b) por empresas brasileiras; c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 12.17. Havendo aceitação da proposta melhor classificada, quanto ao objeto e ao preço, observados os valores máximos fixados nesta licitação, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. A negociação em apreço deverá ser realizada por meio do sistema eletrônico, para que possa ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.18. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta mais bem classificada e, ao ser homologada a licitação, será incluído, na respectiva ata, o registro dos preços cotados iguais ao do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame. Os licitantes irão demonstrar interesse por meio do chat do sistema BNC.
- 12.19. Realizada a negociação, o pregoeiro procederá com a habilitação 11 deste edital;
- 12.20. Para cumprimento do item 11 deste Edital, bem como no caso de pronunciamento de aceitabilidade final da proposta, a sessão poderá ser suspensa para aguardo do envio e recebimento da documentação de habilitação e proposta ajustada. A data e horário para retomada da sessão do pregão serão comunicados pelo Pregoeiro, através do Sistema, com antecedência mínima de 24 horas.
- 12.21. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, será a empresa considerada vencedora por decisão motivada do Pregoeiro.
- 12.22. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 12.23. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no item anterior.
- 12.24. No mesmo prazo de apresentação da documentação do 1º colocado, é facultado ao Pregoeiro exigir os documentos de habilitação dos demais classificados, tantos quantos necessários, quando pertinente para agilização do procedimento.
- 12.25. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante

desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

12.26. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

12.27. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

12.28. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

12.29. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Camaragibe (e-DOM).

13. DILIGÊNCIA

13.1. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

13.2. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

13.3. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, imediata e motivadamente, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, com o registro da motivação do recurso, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar os memoriais contendo as razões do recurso deverão ser inseridos no sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC, nos moldes de funcionalidade do Sistema, para que produza efeitos legais, e ainda poderão ser encaminhados por e-mail (cpl@camaragibe.pe.gov.br) ou entregue pessoalmente à Comissão de Licitação ou protocolados na Sede da Prefeitura Municipal dos Camaragibe, na Sala da CPL, Av. Belmino Correia, 3038 – Timbí – Camaragibe/PE. Em todos os casos, é de

responsabilidade do licitante interessado a escolha do meio para encaminhamento. As respostas a tais esclarecimentos serão disponibilizadas sistema BNC e/ou Publicação no Diário Oficial do Município (e-DOM).

14.2. As motivações para interposição de recurso deverão ser registradas no sistema em até 15 (quinze) minutos após a declaração do vencedor.

14.3. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.4. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

14.5. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos deste processo licitatório franqueada aos interessados.

14.6. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso, e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

14.7. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro, que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado para decisão final.

14.9. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

14.11. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas ao CONTRATADO serão as seguintes:

15.1.1. advertência;

15.1.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

15.1.3. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.1.4. declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.2. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado, subtraído o que foi executado.

15.3. Não havendo mais interesse da CONTRATANTE na execução do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado.

15.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n° 8.666/93.

15.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

15.6. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

15.7. O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ou, no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo nele fixado, acarretará multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo registrado no contrato, sem prejuízo de outras cominações legais.

15.8. A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

15.10. O descumprimento das regras para comercialização de combustíveis em recipientes sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes na Lei nº 9.847/1999 e no Decreto nº 2.953/1999.

16. CONTRATAÇÃO

16.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal nº 010/2017, como nas demais normas legais pertinentes.

16.1.1. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto no art. 57 da Lei 8.666/93 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vigência até 31/12/2022. Para os meses remanescentes, após 31/12/2022, poderão ser utilizadas as dotações orçamentárias do ano subsequente, desde que seja de interesse entre as partes.

16.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para comparecer, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir de sua notificação, para retirada da Ordem de Fornecimento e da respectiva nota de empenho ou, alternativamente, para solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decair o direito à contratação.

16.3. O não comparecimento injustificado da licitante vencedora para retirar a Ordem de Fornecimento e a respectiva nota de empenho, ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência injustificada de envio de confirmação de recebimento no prazo assinalado no item 16.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.4. Por ocasião da contratação, se os documentos de habitação fiscal e trabalhista apresentados na licitação estiverem com o prazo de validade expirado, o órgão contratante verificará a situação de regularidade da adjudicatária por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

16.5. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 16.5, mediante a apresentação das certidões respectivas vigentes, sob pena de a contratação não se realizar.

17. RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível. 11.3.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos devidos serão efetuados mensalmente em favor da CONTRATADA através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança à Prefeitura Municipal, conforme requisição e entrega dos produtos.

18.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de solicitação do pagamento, a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada das vias das requisições citadas no subitem 4.4 do termo de referência.

18.3. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

18.4. Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar à Prefeitura Municipal de Camaragibe qualquer alteração posterior na situação declarada.

18.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a

CONTRATADA providencie as medidas corretivas necessárias, não ocorrendo qualquer ônus para o CONTRATANTE.

18.6. Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

18.7. Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no subitem 18.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcional aos dias de atraso.

18.8. Caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva da CONTRATADA, não caberá pagamento de atualização financeira.

18.9. Sobre o preço contratado do combustível, admitir-se-á reajustes no mesmo índice aprovado pela ANP, uma vez que a composição de custo do combustível leva em conta outros fatores além da margem de lucro do distribuidor, mantendo-se, no entanto, o desconto referido no subitem 3.3. do termo de referência.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

19.1. Os itens objeto desta licitação, a serem contratados serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor designado por Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

19.2. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

19.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais.

19.4. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

21. DO REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. O preço do contrato será reajustado, mediante requisição formal do contratado, em periodicidade anual contada a partir da data de apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.

22. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

22.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada órgão, a partir da assinatura do instrumento de contrato, conforme o caso, pelo posto contratado, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP, não se admitindo recusa da parte deste posto, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica.

22.2. Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas secretarias e seus fundos municipais e deverão ser entregues na sede deste município.

22.2.1 A contratação deverá ser feita com empresa que possua posto de combustíveis localizado em um raio de até 5 (cinco) quilômetros do edifício-sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, localizado à Av. Doutor Belmino Correria, 3038, CEP 54.768-000, nesta cidade;

22.3. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço.

22.4 O abastecimento de combustíveis se dará por meio de cartão magnético emitido pela CONTRATADA;

22.5 A emissão do cartão magnético deverá ser expressamente autorizada pela respectiva Unidade Administrativa (Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social), através de Ordem de Abastecimento impressa em 02 (duas) vias que comprovem a autorização da emissão com a indicação do nome e sobrenome do motorista autorizado, a quantidade e o tipo de combustível, o número da placa do veículo e do patrimônio, a indicação do Setor a que o veículo está a serviço;

22.6 O controle de abastecimento será efetuado com base nos relatórios devidamente emitidos após cada abastecimento, devendo conter os seguintes requisitos: a data e a hora do abastecimento, identificação do posto, o tipo de combustível, o volume abastecido, preço total em reais, bem como as placas do veículo, a quilometragem apontada em seu odômetro, a identificação e assinatura do condutor e autorização do setor competente, sendo que uma via ficará em poder da empresa e a outra via deverá ser entregue à Unidade Administrativa;

22.7 A empresa deverá oferecer e utilizar os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos e fornecimento de produto, em especial, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja realmente abastecido no veículo indicado, que não sejam abastecidos veículos oficiais que não estejam relacionados na frota das unidades administrativas relacionadas ou expressamente autorizados pelo setor responsável, que os veículos relacionados só sejam abastecidos com o combustível

para o qual está autorizado;

22.8. Os combustíveis deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e demais legislações correlatas;

22.9. A qualidade dos combustíveis fornecidos é de inteira responsabilidade da empresa contratada;

22.10. A fiscalização e aceitação do Objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores de cada Unidade Administrativa, designados mediante Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica nº 003/2019 da Controladoria Geral do Município de Camaragibe;

22.11. No caso de fornecimento de combustível para transporte em recipientes, destinado ao abastecimento dos equipamentos à gasolina (roçadeiras, motosserra etc.), os recipientes deverão estar em conformidade com o item 5.3 da ABNT NBR15594-1:2008.

22.11. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 20 litros e atender aos regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis;

22.12. As embalagens devem ser abastecidas até 95% de sua capacidade nominal para permitir a expansão por dilatação do combustível, evitando o transbordamento, e mantendo o contato entre o bico e o bocal do recipiente para permitir o escoamento da eletricidade estática.

22.13. Havendo o fornecimento de combustível na forma do *caput* deste subitem, a Ordem de Abastecimento citada no subitem 4.4.1 deve especificar a que equipamento está destinado.

22.14 **O fornecimento será gerenciado através de sistema eletrônico**, de acordo com o que está descrito no item 10.26 deste Termo de Referência.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

23.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4. Caso não seja realizado na sessão pública, o licitante vencedor deverá adequar sua proposta ao seu lance ou negociação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados, da data da realização do pregão. A não apresentação ensejará aplicação das penalidades legalmente prevista, bem como na sua desclassificação.

23.5. A homologação do presente certame e outros atos que tenha publicação obrigatória na imprensa oficial serão divulgados no **Diário Oficial do Município (e-DOM)**.

23.6. Os demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados através do e-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br e facultativamente no Diário Oficial do Município e/ou pelo site da Prefeitura Municipal De Camaragibe <http://camaragibe.pe.gov.br/>.

23.7. Após a publicação da homologação do certame, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Sala do Pregoeiro e Equipe de Apoio (Sala da Comissão Permanente de Licitação CPL), localizada Sede da Prefeitura de Camaragibe, Sala da CPL, Av. Belminio Correia, 3038, Timbi, Camaragibe – PE, pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão destruídos.

23.8. Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar a ata ou contrato, no prazo de 5 (cinco) dias corridos do recebimento da convocação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, o Município de Camaragibe poderá convocar, para substituir a Empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

23.9. O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no menu “Processo Licitatório” da página do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal na internet: <http://transparencia.camaragibe.pe.gov.br/app/pe/camaragibe/1/licitacoes> e poderá ser solicitado pelo e-mail da CPL: cpl@camaragibe.pe.gov.br, e ainda estarão disponíveis para consulta, cópia e/ou retirado na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, que prestarão todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste Pregão, estando disponíveis para atendimento nos dias úteis, das 8h às 13h, na Sede da Prefeitura de Camaragibe, Sala da CPL, Av. Belminio Correia, 3038, Timbi, Camaragibe – PE, E-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br com, Fone: (81) 2129-9532.

23.10. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93, e demais normas que regem a matéria.

23.11. Esta licitação poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

23.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Camaragibe/PE.

23.13. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo da Proposta;

Anexo III - Declarações

1. Modelo 01- Declaração Unificada de cumprimento aos requisitos de habilitação;

2. Modelo 02 - Declaração de ME/EPP;

Anexo IV - ATA DE REGISTRO

Anexo V Minuta do Contrato

Camaragibe-PE, 09 de Setembro de 2022.

Givanildo Medeiros do Nascimento

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Este termo tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM)**, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, com duração de até 12 (doze) meses;

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme as quantidades estimadas de consumo especificadas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, assim como descritos na tabela abaixo, **obtidas por meio do somatório da quantidade consumida registrada nos Relatórios de Consumo de cada unidade ordenadora da despesa no período de novembro de 2020 a outubro de 2021, considerando o consumo previsto para 2022 em relação às Secretaria de Infraestrutura, Defesa Civil, Administração, Governo e Esportes em vista da previsão de aumento da frota**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE/ SECRETARIA (L)	QUANTIDADE TOTAL (L) <i>(Acréscimo 25%)</i>	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Gasolina	DEFESA CIVIL	8.640	10.800	R\$ 6,88	R\$ 74.304,00
		DESENVOLVIMENTO	2.186,68	2.733,35	R\$ 6,88	R\$ 18.805,45
		EDUCAÇÃO	3.895,70	4.869,62	R\$ 6,88	R\$ 33.502,99
		FINANÇAS	1.773,95	2.217,43	R\$ 6,88	R\$ 15.255,92
		GOVERNO	0	0	R\$ 6,88	0
		ADMINISTRAÇÃO	1.773,95	2.217,43	R\$ 6,88	R\$ 15.255,92
		INFRAESTRUTURA	17.280	21.600	R\$ 6,88	R\$ 148.608,00
		SEGURANÇA	75.486,78	94.358,47	R\$ 6,88	R\$ 649.186,27
		ESPORTES	3.764,23	4.705,28	R\$ 6,88	R\$ 32.372,33
		PLANEJAMENTO	3.585,76	4.482,2	R\$ 6,88	R\$ 30.837,54
		GABINETE	7.854,72	9.818,4	R\$ 6,88	R\$ 67.550,59
		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	52.990,72	66.238,4	R\$ 6,88	R\$ 455.720,19
		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.553,51	20.691,88	R\$ 6,88	R\$ 142.360,13
		FUNDAÇÃO DE CULTURA	1.580,36	1.975,45	R\$ 6,88	R\$ 13.591,10
Quantidade: 246.707,91 L					R\$ 1.697.350,42	

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

2	Diesel	DEFESA CIVIL	19.080	23.850	7,93	R\$ 189.130,50	
		DESENVOLVIMENTO	470,13	587,66	7,93	R\$ 4.660,14	
		EDUCAÇÃO	21.409,67	26.762,08	7,93	R\$ 212.223,19	
		FINANÇAS	0	0	7,93	0	
		GOVERNO	6.240	7.800	7,93	R\$ 61.854,00	
		INFRAESTRUTURA	18.720	23.400	7,93	R\$ 185.562,00	
		SEGURANÇA	4.300,30	5.375,37	7,93	R\$ 42.626,68	
		ESPORTES	0	0	7,93	0	
		PLANEJAMENTO	0	0	7,93	0	
		GABINETE	4.155,48	5.194,35	7,93	R\$ 41.191,20	
		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60.025,66	75.032,07	7,93	R\$ 595.004,32	
		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	969,48	1.211,85	7,93	R\$ 9.609,97	
		FUNDAÇÃO DE CULTURA	0	0	7,93	0	
		Quantidade:169.213,38 L					R\$ 1.341.862,10

1.3 O valor global estimado com acréscimo de margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) para aquisição de combustível é de R\$ 3.039.212,52 (Três milhões, trinta e nove mil, duzentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), distribuídos entre as secretarias da Prefeitura e os Fundos Municipais.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE ADMINISTRATIVA

- 2.1. Prover o abastecimento de veículos automotores oficiais, máquinas e equipamentos para atender às atividades fins da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social;
- 2.2. Promover o deslocamento de servidores municipais em atividades inerentes às suas atribuições, realização de serviços essenciais à população, manutenção de vias urbanas e rurais, entre outros.

3. DETALHAMENTO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O custo estimado na contratação do objeto toma por base o **valor médio semanal (03/07/2022 a 09/07/2022) da tabela ANP (Agência Nacional do Petróleo)** fixada para o Estado de Pernambuco;
- 3.2. O critério de julgamento das propostas será o de **maior desconto** no preço para cada item, mantidas as mesmas condições no Contrato, observando-se que **somente serão aceitas propostas com percentuais iguais ou superiores à media descrita no item 3.3;**
- 3.3 Para a fase do Pregão, será considerada a média do percentual de desconto ofertado nas propostas **com percentuais iguais ou superiores a 4,33% para gasolina e 4% para diesel;**
- 3.4. O percentual de desconto ofertado em relação ao preço de referência de cada item deverá ser mantido durante todo o período de duração do contrato, independentemente de variações que possam ocorrer no preço dos combustíveis;
- 3.4.1. Toda vez que a Contratante adquirir o produto, seja gasolina ou diesel, o desconto de que trata o item 3.3 **deverá ser aplicado ao valor praticado na ocasião da aquisição de acordo com**

o valor médio semanal da tabela ANP para o Estado de Pernambuco ou ao valor repassado aos consumidores indicado na bomba de combustível, o que for menor, observando-se a exigência constante no item 6.2;

3.4 A estimativa de consumo anual foi obtida a partir da média aritmética do consumo dos veículos de todas as secretarias, no período de 09 de novembro de 2020 a 28 de outubro de 2021, considerando o consumo previsto para 2022 dado o aumento da frota das Secretarias de Infraestrutura, Defesa Civil, Esportes, Administração e Governo;

3.4.1 Foram desconsiderados no cálculo da estimativa de consumo a demanda dos veículos no período em que sua utilização ficou comprometida pela suspensão das suas atividades devido à pandemia, a exemplo dos ônibus escolares;

3.5. O custo estimado da contratação foi obtido pela média dos preços constantes na tabela da ANP. **A cotação média do valor unitário por litro** para combustível tipo **gasolina** comum é R\$ 6,88(seis reais e oitenta e oito centavos), óleo diesel comum R\$ 7,93(sete reais e noventa e três centavos);

3.6. **O valor global estimado com acréscimo de margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) para aquisição de combustível é de R\$ 3.039.212,52 (Três milhões, trinta e nove mil, duzentos e doze reais e cinquenta e dois centavos)**, distribuídos entre as secretarias da Prefeitura e os Fundos Municipais.

ÓRGÃO DEMANDANTE (GASOLINA)	TOTAL MÊS (L)	TOTAL ANO (L)
DEFESA CIVIL	720	8.640
INFRAESTRUTURA	182,22	2.186,64
EDUCAÇÃO	324,64	3.895,68
FINANÇAS	147,82	1.773,84
ADMINISTRAÇÃO	147,82	1.773,84
GOVERNO	0	0
INFRAESTRUTURA	1.440	17.280
SEGURANÇA	6.290,56	75.486,72
ESPORTES	313,68	3.764,23
PLANEJAMENTO	298,81	3.585,72
GABINETE	654,56	7.854,72
TOTAL PREFEITURA		126.241 LITROS
FMS	4.415,89	52.990,68
FMAS	1.319,45	15.833,40

FUNDAÇÃO CULTURA	131,69	1.580,28
TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS		70.404,36 LITROS
TOTAL GERAL PMCG		196.645,68 LITROS

ÓRGÃO DEMANDANTE (DIESEL)	TOTAL MÊS (L)	TOTAL ANO (L)	
DEFESA CIVIL	1.590	19.080	
INFRAESTRUTURA	39,17	470,04	
EDUCAÇÃO	1.784,13	21.409,56	
FINANÇAS	0	0	
ADMINISTRAÇÃO	0	0	
GOVERNO	520	6.240	
INFRAESTRUTURA	1.560	18.720	
SEGURANÇA	358,35	4.300,20	
ESPORTES	0	0	
PLANEJAMENTO	0	0	
GABINETE	346,29	4.155,48	
TOTAL PREFEITURA		74.375,28	
FMS	5.002,13	60.025,56	
FMAS	80,79	969,48	
FUNDAÇÃO DE CULTURA	0	0	
TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS		60.995,05	
TOTAL GERAL PMCG		135.370,32 LITROS	
SECRETARIA	EQUIPAMENTOS		TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMOTORES	MÁQUINAS MANUAIS	

	GASOLINA	DIESEL	GASOLINA	DIESEL	
DEFESA	1	2	2	0	5
DESENVOLVIMENTO	1	2	0	0	3
EDUCAÇÃO	3	20	0	0	23
FINANÇAS	2	0	0	0	2
GOVERNO	0	1	0	0	1
INFRAESTRUTURA	3	3	2	0	8
SEGURANÇA	25	3	3	0	31
ESPORTES	3	0	3	0	6
PLANEJAMENTO	4	1	0	0	5
GABINETE	3	1	0	0	4
FMS	31	25	2	2	60
FMAS	6	1	0	0	7
FUNDAÇÃO DE CULTURA	1	0	0	0	1
TOTAL GERAL					156

3.7 A **CONTRATANTE** não se obriga a adquirir o quantitativo estimado em sua totalidade. **A aquisição do combustível será realizada por demanda**, toda vez que se fizer necessário;

3.8 O fornecimento será de acordo com as demandas solicitadas pela Prefeitura e seus Fundos Municipais;

3.9As propostas deverão incluir todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

3.10Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

a)**Cota exclusiva** para ME, EPP e MEI – Itens com valores de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme estabelece o inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

b) Os itens cujos valores totais excedam a Cota Exclusiva, serão subdivididos em:

b.1)**Cota Reservada** – correspondente a 20% (vinte por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, semprejuízo da sua participação na cota principal;

b.2) **Cota Principal** – correspondente a 80% (oitenta por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital.

3.11 Na hipótese de não haver vencedor para a COTA RESERVADA, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da COTA PRINCIPAL ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

3.12 Se a mesma empresa vencer a COTA PRINCIPAL e a COTA RESERVADA, a contratação dos itens deverá ocorrer pelo menor preço;

3.13 **Neste sentido os quantitativos de combustíveis deverão atender as especificações abaixo descritas, conforme os tipos apresentados a seguir:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	PREÇO (ANP)	VALOR TOTAL
1	Gasolina Comum (COTAPRINCIPAL)	Litro	197.366,32	R\$ 6,88	R\$ 1.357.880,28
2	Gasolina Comum (COTA RESERVADA 20%)	Litro	49.341,59	R\$ 6,88	R\$ 339.470,13
3	Diesel (COTAPRINCIPAL)	Litro	135.370,71	R\$ 7,93	R\$ 1.073.489,73
4	Diesel (COTA RESERVADA 20%)	Litro	33.842,67	R\$ 7,93	R\$ 268.372,37

3.14 A preferência prevista na Lei Complementar n° 123/06 para microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser declarada de acordo com o modelo estabelecido no anexo III deste Termo de Referência.

4. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada órgão, a partir da assinatura do instrumento de contrato, conforme o caso, pelo posto contratado, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP, não se admitindo recusa da parte deste posto, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica;

4.2. Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas secretarias e seus fundos municipais, e deverão ser entregues na sede deste município;

4.2.1A contratação deverá ser feita com empresa que possua posto de combustíveis localizado em um raio de até 5 (cinco) quilômetros do edifício-sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, localizado à Av. Doutor Belmino Correria, 3038, CEP 54.768-000, nesta cidade;

4.3. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço;

4.4. O abastecimento de combustíveis se dará por meio de cartão magnético emitido pela CONTRATADA;

4.4.1 A emissão do cartão magnético deverá ser expressamente autorizada pela respectiva Unidade Administrativa (Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social), através de Ordem de Abastecimento impressa em 02 (duas) vias que comprovem a autorização da emissão com a indicação do nome e

sobrenome do motorista autorizado, a quantidade e o tipo de combustível, o número da placa do veículo e do patrimônio, a indicação do Setor a que o veículo está a serviço;

4.5 O controle de abastecimento será efetuado com base nos relatórios devidamente emitidos após cada abastecimento, devendo conter os seguintes requisitos: a data e a hora do abastecimento, identificação do posto, o tipo de combustível, o volume abastecido, preço total em reais, bem como as placas do veículo, a quilometragem apontada em seu odômetro, a identificação e assinatura do condutor e autorização do setor competente, sendo que uma via ficará em poder da empresa e a outra via deverá ser entregue à Unidade Administrativa;

4.6 A empresa deverá oferecer e utilizar os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos e fornecimento de produto, em especial, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja realmente abastecido no veículo indicado, que não sejam abastecidos veículos oficiais que não estejam relacionados na frota das unidades administrativas relacionadas ou expressamente autorizados pelo setor responsável, que os veículos relacionados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;

4.7. Os combustíveis deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e demais legislações correlatas;

4.8. A qualidade dos combustíveis fornecidos é de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.9. A fiscalização e aceitação do Objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores de cada Unidade Administrativa, designados mediante Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica nº 003/2019 da Controladoria Geral do Município de Camaragibe;

4.10. No caso de fornecimento de combustível para transporte em recipientes, destinado ao abastecimento dos equipamentos à gasolina (roçadeiras, motosserra etc.), os recipientes deverão estar em conformidade com o item 5.3 da ABNT NBR15594-1:2008.

4.10.1. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 20 litros e atender aos regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis;

4.10.2. As embalagens devem ser abastecidas até 95% de sua capacidade nominal para permitir a expansão por dilatação do combustível, evitando o transbordamento, e mantendo o contato entre o bico e o bocal do recipiente para permitir o escoamento da eletricidade estática.

4.10.3. Havendo o fornecimento de combustível na forma do *caput* deste subitem, a Ordem de Abastecimento citada no subitem 4.4.1 deve especificar a que equipamento está destinado.

4.11 **O fornecimento será gerenciado através de sistema eletrônico**, de acordo com o que está descrito no item 10.26 deste Termo de Referência.

5. DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos serão efetuados mensalmente em favor da CONTRATADA através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança à Prefeitura Municipal, conforme requisição e entrega dos produtos;

- 5.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de solicitação do pagamento, a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada das vias das Ordens de Abastecimento citadas no subitem 4.4.1;
- 5.3 Será adotado, para efeito de abastecimento e fechamento da fatura o período de 30 (trinta) dias, devendo a CONTRATADA entregar o documento de cobrança até o 5º (quinto) dia útil da semana subsequente, acompanhado da demonstração do Preço Médio Semanal praticado em Pernambuco, pela ANP, referente ao período apurado;
- 5.4 O preço que efetivamente será pago por litro de combustível será o resultado obtido a partir do valor médio semanal praticado em Pernambuco diminuído do valor correspondente ao percentual de desconto apurado no certame licitatório;
- 5.5 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível (valor da bomba de combustível);
- 5.6 Caso haja impossibilidade técnica ou indisponibilidade de acesso à página eletrônica da ANP, a CONTRATADA deverá faturar o período de consumo levando em consideração o último Preço Médio Semanal apurado;
- 5.7 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;
- 5.8 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar à Prefeitura Municipal de Camaragibe qualquer alteração posterior na situação declarada;
- 5.9 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas necessárias, não ocorrendo qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- 5.10 Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;
- 5.11 Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no subitem 5.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcional aos dias de atraso;
- 5.12 Caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva da CONTRATADA, não caberá pagamento de atualização financeira;

5.13 Sobre o preço contratado do combustível, admitir-se-á reajustes no mesmo índice aprovado pela ANP, uma vez que a composição de custo do combustível leva em conta outros fatores além da margem de lucro do distribuidor, mantendo-se, no entanto, o desconto referido no subitem 3.3.

6. DO VALOR

6.1 Serão considerados os preços dos combustíveis da semana anterior com o desconto ofertado, para o abastecimento da semana atual;

6.2 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, **deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível** (valor da bomba de combustível).

7. DA PROPOSTA DE DESCONTO

7.1 As propostas de descontos para fornecimento de combustíveis deverão ser através de percentual de desconto incidente sobre o **valor médio semanal** divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco. O preço para fornecimento do combustível poderá ser apresentado com precisão de até quatro casas decimais para efeito de preço unitário, e de duas casas decimais quando se tratar de resultado de cálculo, quando serão desprezadas as demais casas;

7.1.1 As propostas deverão seguir o modelo constante no Anexo II deste Termo de Referência;

7.2 O percentual oferecido servirá de referência para obtenção do preço a ser pago pelo litro do combustível;

7.3 O percentual incidirá sobre o preço do combustível, neste incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da contratação, inclusive impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

7.4 O índice de percentual fixado para cada combustível **vigora ao longo de todo o período contratual**, sendo fixo e irrevogável;

7.5 O critério para julgamento será o de **maior percentual de desconto** por item incidente sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco;

7.6 **Para a fase do Pregão, será considerada a média do percentual de desconto ofertado nas propostas com percentuais iguais ou superiores a 4,33% para gasolina e 4% para diesel** por item incidente sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco;

7.7 Será considerado o preço médio obtido no “site” da ANP – Agência Nacional de Petróleo para o estado de Pernambuco, considerando a semana anterior a data designada para a realização do Pregão, sendo este o **PREÇO MÉDIO AO CONSUMIDOR**;

7.7.1 A redução obtida através de percentual de desconto (com até duas casas decimais) aplicada sobre o preço do combustível vigorará durante o período do Contrato;

7.8 A classificação e adjudicação do objeto do Pregão serão feitas pelo critério de **MAIOR DESCONTO (EM PERCENTUAL)** a ser aplicado sobre o preço unitário/litro do combustível, que corresponderá ao menor preço obtido no pregão.

8. DA GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

8.2. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos combustíveis e arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização.

8.3. **O posto revendedor é obrigado a realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE.** Para isso, o posto revendedor deve manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Art. 8º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007).

8.4. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP.

9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. A duração do(s) Contrato(s) originado(s) será de 12 (doze) meses, adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários assim como dispõe o *caput* do art. 57 da Lei nº 8666/1993, tendo em vista a natureza de material de consumo do objeto que, por tal motivo, não pode ser enquadrado nas hipóteses de prorrogação previstas nos incisos do art. 57 da referida Lei.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Possuir instalações com infraestrutura mínima e pessoal qualificado para a distribuição e abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Camaragibe.

10.2. Realizar o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Camaragibe de acordo com as Normas Técnicas e obrigações constantes deste termo, podendo a Prefeitura Municipal de Camaragibe solicitar resultado de análise de amostras dos combustíveis, ou ainda, requerer amostras para efetuar análise de qualidade dos combustíveis para certificação de que os mesmos se encontram de acordo com as Normas da ABNT e ANP.

10.3. Disponibilizar todos os dados necessários ao preenchimento da requisição de combustível apresentada pelo condutor e assinar a requisição após concluído o abastecimento.

10.4. Abastecer, somente e exclusivamente, os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Camaragibe, constantes na relação de veículos fornecida pela Prefeitura.

10.5. Realizar o abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Camaragibe por meio de funcionários treinados e qualificados para tal.

10.6. Verificar sempre se o veículo a ser abastecido consta da relação fornecida pela Prefeitura Municipal de Camaragibe.

- 10.7. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, que deverão obedecer às especificações determinadas pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, bem como efetuar, às suas expensas, a substituição imediata de qualquer produto, comprovadamente, adulterado e/ou contaminado.
- 10.8. Fornecer, quando solicitado, no decorrer da vigência contratual, cópia autenticada do Teste de Estanqueidade (Certificado de Estanqueidade do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível) com validade no presente exercício.
- 10.9. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 10.10. Responder integralmente pelas obrigações contratuais de acordo com a legislação em vigor e, em qualquer hipótese, pelas reclamações trabalhistas que porventura sejam ajuizadas pelos empregados da CONTRATADA contra a contratante relativamente à execução do objeto.
- 10.11. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 10.12. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente.
- 10.13. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 10.14. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 10.15. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 10.16. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.
- 10.17. Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA.
- 10.18. Manter equipe técnica para a prestação dos serviços, assistência técnica e manutenção, durante o prazo de execução dos serviços.
- 10.19. Cumprir os serviços conforme disposições deste termo e do contrato.
- 10.20. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto previsto neste termo e no futuro instrumento de contrato.
- 10.21. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- 10.22. Após a entrega da requisição autorizando o abastecimento, a empresa contratada deverá procedê-lo imediatamente.
- 10.23. O descumprimento, injustificado do prazo fixado, no item anterior para execução dos serviços e ou entrega de mercadorias e bens acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e Contrato a ser firmado, ficando o Contratado sujeito às penalidades previstas na Lei 8.666/93.
- 10.24. Deverá ser apresentada a seguinte qualificação técnica - Registro da empresa na ANP (Agência Nacional de Petróleo).

10.25. Fornecer o objeto por meio da utilização de cartão magnético ou, excepcionalmente, mediante documento de “requisição de fornecimento”;

10.26. Fornecer sistema de gerenciamento eletrônico com disponibilização de sistema de dados via internet, com acesso por *login* e senha, possibilitando o acompanhamento das transações de abastecimento pelo(s) fiscal(is) do(s) Contrato(s) e aquisição do objeto em tempo real, emitindo-se, a cada operação e por geração automática eletrônica, comprovante de abastecimento no qual deverá constar:

- identificação do cliente (nome e identidade do motorista);
- data e hora do abastecimento;
- litragem abastecida e o respectivo valor total;
- placa do veículo;
- quilometragem registrada em seu hodômetro;
- média de consumo por abastecimento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Conferir o documento de cobrança com as requisições de abastecimento.

11.2. Pagar a Contratada o prazo estabelecido.

11.3. O Condutor do veículo da Prefeitura Municipal de Camaragibe deverá se identificar junto à unidade de abastecimento da licitante vencedora com apresentação de documento oficial (Carteira Funcional) e “Requisição Padrão” devidamente autorizada por escrito pela autoridade competente do Poder Executivo.

11.3.1 Caso haja recusa de identificação por parte do condutor, a CONTRATADA não poderá abastecer o veículo.

11.4 O Fiscal do contrato, citado no subitem 4.9, será responsável pela conferência de toda documentação e controle de consumo e dar os devidos encaminhamentos para o processamento e pagamento na Nota Fiscal/Fatura.

11.5 Manter atualizada a relação de veículos a serem abastecidos, encaminhando à CONTRATADA nova listagem, sempre que houver alteração.

11.6 Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à contratada.

11.7 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

11.8 Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

11.9 Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

11.10 Serão considerados para efeito de pagamento as compras efetivamente realizadas pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

12. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Os itens objeto desta licitação, a serem contratados serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor designado por Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

12.2. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais.

12.4. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas ao CONTRATADO serão as seguintes:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

13.1.3. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.1.4. declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.2. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado, subtraído o que foi executado;

13.3. Não havendo mais interesse da CONTRATANTE na execução do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado;

13.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93;

13.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;

13.6. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

13.7. O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ou, no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo nele

fixado, acarretará multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo registrado no contrato, sem prejuízo de outras cominações legais;

13.8. A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

13.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei;

13.10. O descumprimento das regras para comercialização de combustíveis em recipientes sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes na Lei nº 9.847/1999 e no Decreto nº 2.953/1999.

14. DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão, na forma eletrônica, por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, in verbis:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada licitação na modalidade de Pregão, que será regida por esta lei.

Parágrafo único – Consideram-se bens e serviços para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

14.2 É importante ressaltar que para o objeto em comento existe a impossibilidade de precisar com exatidão o quantitativo a ser adquirido, como também o número de parcelas necessárias ao cumprimento do fornecimento, tornando-se necessária a utilização do Sistema de Registro de Preços, para que se garanta qualidade dos produtos ofertados e manutenção dos preços, pelo período de 12 (doze) meses, o que encontra em consonância com o disposto no art. 3º do Decreto Municipal nº 10/2017 abaixo transcrito:

“Art. 3.º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço comum, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratações de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”. (Grifamos)

14.3 A impossibilidade de precisar o quantitativo a ser consumido decorre do fato de que os combustíveis serão utilizados de acordo com a necessidade de cada setor/departamento das Secretarias Municipais, a depender da quantidade de atividades administrativas a serem realizadas rotineiramente;

14.4 Além disso, o Registro de Preços deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações, um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e suas unidades;

14.5 Portanto, objetivando a racionalização dos gastos públicos e pretendendo gerar maior economia para os cofres da Prefeitura Municipal de Camaragibe, obtendo por meio de ganhos em escala e redução na quantidade de processos licitatórios realizados para esse objeto, é que se justifica a adoção da modalidade em apreço.

14.6 Por se tratar de registro de preços, o quantitativo dos itens discriminados no presente documento, bem como a existência de dotação orçamentária, não vinculará a Contratante à sua total execução, uma vez que tais itens serão fornecidos, eventualmente, conforme a demanda dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

15. DA PESQUISA DE PREÇOS

15.1 A pesquisa de preços realizada foi seguindo os parâmetros estabelecidos na Resolução Conjunta nº 001/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

15.2 Além disso, também foi observado o disposto na Recomendação nº 003/2020 – CGM, a qual informa que “a pesquisa de preços deverá ser feita pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Camaragibe, mediante a utilização dos seguintes parâmetros, em ordem de preferência:

- i) Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>, observadas as mesmas condições delineadas no item d.1;
- ii) Portal do Banco de Preços (www.bancodeprecos.com.br), nos mesmos preceitos delineados pelos itens anteriores;
- iii) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório (utilização, por analogia, do art. 5º, II, da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, do Ministério da Economia);
- iv) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de

divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso (utilização, por analogia, do art. 5º, III, da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, do Ministério da Economia);

v) Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório (utilização, por analogia, do art. 5º, IV, da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, do Ministério da Economia).”

15.3 *In casu*, foi adotado especificamente os valores obtidos diretamente com os fornecedores, dada a impossibilidade de pesquisa pelo Banco de Preços e pelo Painel de Preços em virtude do critério de julgamento adotado, qual seja, maior desconto sobre o preço do combustível, de acordo com os parâmetros descritos no item 7 deste Termo de Referência, estando todas essas pesquisas documentadas.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Será exigida prestação de garantia contratual para o fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, que deverá ser protocolada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados da assinatura do contrato, numa das seguintes modalidades, consoante o art. 56 da Lei nº 8666/1993.

I. Caução em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Caução em dinheiro, mediante depósito bancário. Preferencialmente Depósito Identificado com a Razão Social da empresa, dados fornecidos pela Licitação;

III. Seguro-garantia;

IV. Fiança Bancária, emitida por instituição cadastrada no BACEN, prestada com renúncia expressa pelo fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro;

16.2 O montante da GARANTIA DO CONTRATO, determinado consoante os parâmetros estabelecidos pelo art. 56, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, é devido em razão do volume de recursos financeiros envolvidos no certame, e para que também possa servir para cobrir eventuais multas contratuais, quando não subsistirem créditos a receber por parte da empresa CONTRATADA.

16.3 A validade e eficácia da GARANTIA DO CONTRATO deverá acompanhar toda a vigência do CONTRATO, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do CONTRATO.

16.4 A Administração poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese de a GARANTIA DO CONTRATO não ser prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do CONTRATO;

16.5 A GARANTIA DO CONTRATO deverá ser reforçada sempre que houver acréscimo ao PREÇO UNITÁRIO final pactuado, de forma que sua importância se mantenha sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do saldo a ser executado;

16.6 A GARANTIA DO CONTRATO ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da empresa CONTRATADA, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final da obra objeto desta licitação, na forma do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

17. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 A modalidade de licitação será Pregão Eletrônico e terá como critério de julgamento o maior desconto por Item;

17.2 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela administração, de acordo com o apêndice I deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

18. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

18.1. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se por tratar-se de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.

18.2. A vedação à participação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, nas quais as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação previstos em edital.

18.3. Considerando que o objeto em questão não demanda aglutinação de competências conexas e específicas em demasia, verifica-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. A reunião de empresas em consórcio que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes participantes.

18.4. Assim, no presente caso, a vedação de participação de consórcios visa afastar possível restrição à competição e proporcionar a obtenção de proposta mais vantajosa (art. 3º, § 1º, I da Lei nº 8.666/93 e alterações).

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da contratação da empresa de prestação de serviços correrão por conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais, exercício 2022, nos seguintes elementos de despesa:

PREFEITURA

Secretaria de Administração:	20.17.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Assistência Social:	20.22.08.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Educação:	20.24.12.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Defesa Civil:	20.21.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Infraestrutura:	20.25.15.122.1050.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico:	20.20.19.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Esportes:	20.19.27.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Finanças:	20.18.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Segurança Pública:	20.26.15.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Gabinete da Prefeita:	20.11.04.122.1001.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Governo:	20.15.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Orçamento Participativo:	20.16.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.1070.2266.3.3.90.30.00

FUNDAÇÃO DE CULTURA

13.122.1002.1003.30.01

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Comprovação de experiência prévia de fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado;

20.2. O atestado de qualificação técnico-profissional só será exigido para os itens de valor significativo do objeto da licitação, assim considerados aqueles cujos valores individuais sejam iguais ou superiores a 10% (quatro por cento) do valor total estimado para o Registro de Preços, conforme Planilha de Quantitativos, no apêndice 1 deste Termo de Referência;

20.3 Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica expressamente proibido o fornecimento de combustíveis para os veículos que estejam com odômetro quebrado, pois a licitante vencedora fica obrigada a preencher o campo “odômetro” da Requisição de Abastecimento, que faz parte integrante do contrato;

21.2. É terminantemente proibido o abastecimento de veículo diferente daquele identificado na Requisição de Abastecimento, seja da própria frota da Prefeitura ou de qualquer outro proprietário.

Camaragibe, 15 de julho de 2022.

Énio Pereira de Lima

Responsável pelo Termo de Referência

Mat.: 0.0000.4803.1

De acordo, a que se dá seguimento.

Marcos Ribeiro Filho

Secretário de Administração

Antônio Fernando Amato

Secretário de Saúde

Arlene de Lima da Silva

Secretária de Assistência Social

Mauro José da Silva

Secretário de Educação

Kátia Rosângela de Marsol

Secretária de Defesa Civil

Ezequiel Rodrigues

Secretário de Infraestrutura

Felipe de Menezes Cabral

Secretário de Desenvolvimento Econômico

Bruno Toscano

Secretário de Esportes

Gilvani Cavalcante

Secretário de Finanças

Marcílio Rossini

Secretário de Segurança Pública

Anderson Neves

Secretário Chefe de Gabinete

Maria dos Prazeres

Presidente da Fundação de Cultura

Diego Cabral

Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e
Orçamento Participativo e Serviços Públicos

Ana Lúcia Pires

Secretária de Governo

ANEXO I – FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Marcopolo	Volare	2010	Diesel	KHY-3004
02	Chvrolet	Onix	2017/2018	Flex	PCE-5663
03	Chvrolet	Onix1.4	2017/2018	Flex	PED-9773
04	Chvrolet	Onix1.4	2017/2018	Flex	PED-9783
05	Honda	XR250Tornado	2007	Gasolina	KGV-3159
06	Honda	XRE300	2010	Gasolina	KHJ-7098
07	Honda	XRE300	2010	Gasolina	KHZ-8038
08	Mitsubishi	L200	2018/2019	Diesel	PDN-8440
09	Mitsubishi	L200	2018/2019	Diesel	PDN-8530
10	Volkswagen	Gol1.6	2010/2011	Flex	PFK-8399
11	Volkswagen	Gol	2017/2018	Flex	PDP-3888
12	Chvrolet	Onix	2020	Flex	QYI-9B60
13	Chvrolet	Onix	2020	Flex	QYI-9B50
14	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1F82
15	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1G22
16	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1G52
17	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1G92
18	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1H42
19	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1H62
20	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1H92
21	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1I52
22	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1I22
23	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1I62
24	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1I92
25	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1J02
26	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1J12
27	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1J32
28	Jeep	Renegade1.8 automático	2020	Flex	QYI-1J52
29	STHIL	MOTOSSERRA	2021	GASOLINA	MOT4956
30	STHIL	ROÇADEIRA	2021	GASOLINA	ROC8531
31		BOMBA DE PINTAR	2020	GASOLINA	BOM0001

SECRETARIA DE FINANÇAS

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Fiat	Palio	2015/2016	Flex	PCF-9730
02	Fiat	Palio	2015/2016	Flex	PCG-0120

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Volkswagen (locado)	Voyagem	2019/2020	Flex	QYF8H17
02	Fiat (cedido)	Palio	2015/2016	Flex	PCF-9810
03	Fiat (cedido)	Palio	2015/2016	Flex	PCF-9860

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Chvrolet	Onix	2017/2018	Flex	PCE-4903
02	Honda	Brox NXR150 ESD	2009/2010	Flex	KGV7212
03	Volkswagen (locado)	Voyagem	2019/2020	Flex	QYF4877
04	Volkswagen (locado)	Voyagem	2019/2020	Flex	QYF8287
05	Volkswagen (locado)	AMAROK	2020	Diesel	QYH5B28

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Volkswagen	Gol	2017/2018	Flex	PDP-3828
02	Newholland	T130	2015	Diesel	AGR-0001
03	Newholland	T130	2015	Diesel	AGR-0002

SECRETARIA DE ESPORTES

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Honda	POP 100	2010	Gasolina	KGN2338
02	Honda	NXR 150 BROS ESD	2008	Gasolina	KJW9B93
03	STHIL	ROÇADEIRA	2021	Gasolina	ROC2122

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

04	Volkswagen	Gol	2017/2018	Flex	PDP-3738
05	STHIL	ROÇADEIRA	2021	Gasolina	ROC4438
06	STHIL	ROÇADEIRA	2021	Gasolina	ROC4439

SECRETARIA DE GOVERNO

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Volkswagem	Masca Granmid	2008	Diesel	KJF-3462

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Ford	F4000	2007/2008	Diesel	KHI-7136
02	Marcopolo	Volare	2012/2013	Diesel	PGM-6366
03	Marcopolo	Volare	2013/2014	Diesel	PGR-4717
04	Marcopolo	Volare	2019	Diesel	PDL-4656
05	Marcopolo	Volare	2013/2014	Diesel	PGR-9157
06	Volkswagen	15.190	2013	Diesel	PGT-7962
07	Volkswagen	15.190	2013	Diesel	PGT-8072
08	Volkswagen	15.190	2014	Diesel	PGY-7571
09	Volkswagen	1215190	2014	Diesel	PGY-7681
10	Volkswagen	1215190	2009/2010	Diesel	KGZ-1166
11	Volkswagen	Gol	2009/2010	Flex	KJZ-1261
12	Iveco	City Class	2013/2014	Diesel	OYS-4453
13	Volkswagen	15.190	2014	Diesel	PEC-8132
14	Volkswagen	15.190	2012	Diesel	PFZ-5760
15	Chvrolet	Spin 1.8 autom	2019/2020	Flex	QYG2F09
16	Chvrolet	Onix	2020	Flex	QYL6C51
17	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6D67
18	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6C87
19	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6B27
20	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6C57
21	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6B67
22	Volkswagen	NEOBUS THUNDER E	2021	Diesel	QYV6A57
23	AGRALE	A10000 L	2022	Diesel	RCP4C45

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Volkswagen Locado	Gol	2019/2020	Gasolina	PGZ5F73
02	Volkswagen Locado	Gol	2019/2020	Gasolina	PGZ8H33
03	FIAT	TORO	2020/2021	Diesel	QYL9B68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

04	FIAT	TORO	2020/2021	Diesel	PCB3949
05	Volkswagen	Gol	2017/2018	Flex	PDP3938
06	STHIL	ROÇADEIRA		Gasolina	ROC0006
07	STHIL	ROÇADEIRA		Gasolina	ROC0004
08	Indefinido	CAMINHÃO		Diesel	

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	FIAT	MOBI	2021/2022	FLEX	QYY3E86
02	Chevrolet	ONIX	2020	Flex	QYH0F04
03	FIAT	TORO	2021	DIESEL	RCC2B52
04	Chevrolet	Spin	2016	Gasolina	PCD-4288

DEFESA CIVIL

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	STHIL	MOTOSSERRA		GASOLINA	SER0001
02	STHIL	ROÇADEIRA		GASOLINA	ROC0001
03	Chevrolet	Spin		GASOLINA	Indefinida
04		Caminhão		Diesel	Indefinida
05	Chevrolet	Amarok		Diesel	Indefinida

FUNDAÇÃO DE CULTURA

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTIVEL	PLACA
01	Volkswagen	Gol	2017/2018	Flex	PDP3839

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA
01	CHEVROLET	SPIN1.8LMTLTZ	2016	FLEX	PCO-2843
02	CHEVROLET	SPIN1.8LMTLTZ	2014	FLEX	OYY-3130
03	CHEVROLET	SPIN18LATPREMIER	2019/2020	FLEX	QYG9D36
04	CHEVROLET	SPIN18LATPREMIER	2019/2020	FLEX	QYG9E86
05	CHEVROLET	ONIXJOYBLACK	2020	FLEX	QYH9J27
06	JEEP	RENEGADE1.8AUTOM.	2020	FLEX	QYK0C06
07	VW	NEOBUSTHO	2019/2020	DIESEL	PBS6529

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	VEÍCULOS	COMBUSTÍVEL
01	QYJ-3J13 (Strada-Ambulância)	FLEX
02	QYJ-4B93 (Strada-Ambulância)	FLEX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

03	PCA-1913 (Prisma)	FLEX
04	PCG-1864 (Montana-CAF)	FLEX
05	<u>PDY-0870 (CLASSIC)</u>	<u>FLEX</u>
06	PDY-0960 (CLASSIC)	FLEX
07	PCM-3450 (Spin-microcefalia)	FLEX
08	PGQ-1777 (Spin)	FLEX
09	PDF-0420(Onix-Sec. de Saúde)	FLEX
10	PDF-0730 (Prisma-Cons. Munic.)	FLEX
11	PDF-0520 (ONIX- PNI)	FLEX
12	PED-3013 (Ducato-Ambulância) SAMU	DIESEL
13	PFG-7896 (Fiorino- CAF)	FLEX
14	KJR-3932 (F-4000-CAF)	DIESEL
15	PDY-4709 (Classic-)	FLEX
16	KGV-7212 (NXR 150 BROS)	FLEX
17	KJM-1017 (NXR 150 BROS)	FLEX
18	PCD-7091 (YBR 150 FACTOR) VIG. SANITÁRIA	FLEX
19	QYI-2C92 (NXR 160 BROS) LAMUC	FLEX
20	PDJ-1650 (L200 At. Básica)	DIESEL
21	PDJ-1760 (L200 At. Básica)	DIESEL
22	PDJ-1920 (L200 At. Básica)	DIESEL
23	PGU-7179 (Master- SAMU)	DIESEL
24	KKX-2865 (ÔNIBUS)	DIESEL
25	PFH-4367 (GOL)	
26	KGD-8222 (Ducato-Ambulância) HIGIENE	DIESEL
27	OYN-8077 (Ducato-Ambulância) HIGIENE	DIESEL
28	PDC-6322 (S10)	DIESEL
29	KHL-1471 (Carrocinha)	DIESEL
30	QYG-7B18 (Spin-Hemodiálise)	DIESEL
31	QYI-8F66 (ONIX-VIG. SAN.)	FLEX
32	QYH-0F04 (Onix-Gabinete)	FLEX
33	ROC-7660 (ROÇADEIRA)	GASOLINA
34	QYK-9F05 (Master-Hemodiálise)	DIESEL
35	QYN-0H72 (Ducato-Ambulância) TABATINGA	DIESEL

36	QYN-0G02 (Ducato- Ambulância) SAMU	DIESEL
37	QYL-8J78 (Sprinter-SAMU)	DIESEL
38	PDY-4779 (CLASSIC)	FLEX
39	PDY-0830 (CLASSIC)	FLEX
40	PDE-0572 (Doblô-Vig. Amb.)	FLEX
41	PGT-2159 (RANGER)	DIESEL
42	OYL-0241 (SHINERAY)	FLEX
43	KKH-6686 (RANGER)	DIESEL
44	PEB-3067 (CLASSIC)	FLEX
45	PGF-3438 (DUCATO) HIGIENE	DIESEL
46	KIT-2E61 (Sprinter-Hemodiálise)	DIESEL
47	OYQ-1815 (Ducato- Ambulância) HIGIENE	DIESEL
48	GDZ-7F08 (Renault-Master) HEMODIALISE	DIESEL
49	GFJ-8E04 (Renault-Master) CAF	DIESEL
50	GJK-0I42 (Renault-Master) PNI	DIESEL
51	BQU-3E93 (Renault-Master) CONS. RUA	DIESEL
52	GER-2388 (Gerador-Maternidade)	DIESEL
53	GER-1D51 (Gerador-Hosp. Aristeu)	DIESEL
54	ROC-7661 ROÇADEIRA	GASOLINA
55	ROC-7662 ROÇADEIRA	GASOLINA
56	PDY-1140 CLASSIC SAÚDE	FLEX
57	PER-5710 (SPRINTER) HIGIENE	DIESEL
58	QYY-3D76	FLEX
59	PER- 5630 Higiene	DIESEL
60	PER-5710 Higiene	DIESEL

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA EMPRESA LICITANTE

Nome da Proponente: _____

Razão social: _____ CNPJ n°.: _____

Banco: _____ Agência n°.: _____ Conta n°.: _____

Endereço completo: _____

Telefones: _____ E-mail: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO SEMANAL DA TABELA ANP FIXADA PARA PE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR COM DESCONTO
1	Gasolina (Cota Principal)	Litro	197.366,32			
2	Gasolina (Cota Reservada) – EXCLUSIVA PARA ME EPP E MEI	Litro	49.341,59			
3	Diesel (Cota Principal)	Litro	135.370,71			
4	Diesel (Cota Reservada) – EXCLUSIVA PARA ME EPP E MEI	Litro	33.842,67			

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Prazo de Entrega: Conforme termo de referência do Edital de Pregão ___/2022

1 - Declaro que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, transporte, alimentação e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto do Pregão Eletrônico n° 3/2022;

*2 - Declaro que aceito todas as exigências do **Edital do Pregão Eletrônico n° 3/2022** e de seus Anexos.*

DECLARAÇÕES

Local, data

Nome do Representante Legal da Empresa

CNPJ DA EMPRESA

NOME E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
EDITAL DE PREGÃO n° 3/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL N° 28/2022

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° _____ **é microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico n° 3/2022, realizado pela Prefeitura Municipal de Camaragibe.

Local, data

Nome do Representante Legal da Empresa

CNPJ DA EMPRESA

NOME E CARIMBO DA EMPRESA

OBSERVAÇÃO: Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as licitantes deverão apresentar no credenciamento documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no qual deverá apresentar **DECLARAÇÃO** que enquadra na citada lei, conforme modelo contido no anexo III, ambas expedidas pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual.

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços

Camaragibe (PE), de de 20(...).

AO

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE/PE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 00/2022/PLXX/2022/PMCG

PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO:

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (prazo por extenso) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas. Obs.: mínimo de 60 (sessenta dias).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme estipulado no Contrato e subsidiariamente na Lei 8.666/93.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do(s) Contrato(s) respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto no art. 57 da Lei 8.666/93 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vigência até 31/12/2021.

PREÇO AJUSTADO

O preço é de R\$ (....por extenso...) e o preço

DADOS DO LICITANTE

Razão social: CNPJ:

Nome fantasia da empresa, se houver:

Inscrição Estadual:

Classificação tributária Endereço completo:

Cidade: CEP:

Home Page: e-mail (para recebimento de comunicados do Bacen durante a vigência do contrato):

Fone(s): fax:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência (nome e número):

Conta corrente (nome do correntista e número):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU PREPOSTO*

Nome:

Identidade: CPF:

Fone(s): e-mail (para recebimento de comunicados durante a vigência do contrato):

Celular:

(* Responsável pela assinatura do contrato, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Anexo III - Declarações

Modelo 01 - Declaração Unificada de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Processo Licitatório nº 000/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

Pregão eletrônico nº 000/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE.

OBJETO:

Empresa:

Endereço completo:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Contrato original:

Data de assinatura:

Declaramos(1) sob as penas da lei, inclusive para efeito do disposto nos artigos 82 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que:

1. Que possui pleno conhecimento de todas as informações e das condições contidas no edital referente ao Pregão Eletrônico nºxx/2022;
2. Que está apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme respectivo Edital, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar e contratar com o Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco, especialmente no que tange ao art. 9º da Lei nº 8.666/93;
3. Que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas;
4. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto da licitação;
5. Que nos comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e habilitação exigidas na licitação;
6. DECLARO, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro societário e funcional, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, inclusive de membros de Comissões ou servidores do Município de Camaragibe-PE;
7. Nenhum dirigente, gerente, sócio, responsável técnico ou empregado exerceu cargo no Prefeitura Municipal de Camaragibe no período de 6 (seis) meses contados de sua dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria; (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, art. 6º, inciso II, alínea “c”)
8. A empresa não foi condenada à suspensão ou interdição de suas atividades por atos lesivos à administração pública; (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, arts. 5º e 19)

9. A empresa não foi proibida, na pessoa de seus dirigentes e sócios, de contratar com o Poder Público em razão de improbidade administrativa; (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, art. 12)
10. **Que, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, combinado com o artigo 27 da Lei nº. 8.666/93, alterado pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos**
11. **Integram o quadro societário da empresa, com poder de decisão(2):**

Nome	CPF	Cargo	Data Início

12. **A empresa está ciente de que é de sua responsabilidade a certificação, junto aos dirigentes, empregados e pessoal vinculado a qualquer título, das condições de que tratam os itens 1 a 11;**

Local e data	Identificação e assinatura do(s) declarante(s) ⁽³⁾ Nome[s]
--------------	--

Importante:

(1)Esta declaração deve ser encaminhada por ocasião da assinatura do contrato, de eventuais prorrogações contratuais e sempre que houver alteração em declaração anterior.

(2)Nas prorrogações contratuais, encaminhar cópia do contrato social, caso tenha alterações em relação àquele encaminhado anteriormente à Prefeitura Municipal de Camaragibe.

(3)O(s) declarantes deve(m) ser integrante(s) do quadro societário relacionado no item 11.

Modelo 02 - Declaração ME/EPP/MEI

AO

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE/PE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 00/2022/PL000/2022/PMCG

OBJETO:

REQUERIMENTO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO

PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (NOME DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OU SÓCIOS E DEMAIS QUALIFICAÇÕES)

_____, da empresa

(NOME DA EMPRESA E CNPJ) _____, com sede à

(ENDEREÇO DA EMPRESA) _____, na cidade

de _____, Estado de _____, para

fins de participação na PREGÃO ELETRÔNICO N.º ___/2022/SECED vem DECLARAR que o movimento da Receita Bruta Anual da empresa não excede o limite fixados no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e enquanto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte vem REQUERER tratamento diferenciado conforme previsto naquele Diploma Legal.

1. Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

2. Declaramos também que:

somos optante do simples nacional.

NÃO somos optante do simples nacional.

(LOCAL E DATA).

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Anexo IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2022

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE**, inscrito no CNPJ nº 08.260.663/0001-57, com endereço na Av. Belmino Correia, 3038, na cidade de Camaragibe-PE, neste ato representado pelo ordenador e Secretário de Administração, o Sr. **MARCOS RIBEIRO DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.514.874-80, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Federal nº 8.250/14, Decreto municipal nº. 10/17, **CONFORME EDITAL**, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 3/2022, homologado em XX/XX/2022, integrante do Processo Administrativo nº X/2022, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa XXXXX, CNPJ nº XXXX, com endereço XXXX, XXXX, CEP XXXX, representada por XXXX, inscrito no CPF nº XXXX, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento, sob demanda, de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum), conforme a necessidade da Secretarias Municipais, Fundos Especiais e Fundação de Cultura de Camaragibe, de acordo com as especificações, quantitativos e condições relacionadas no Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo licitatório, para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

1.2 Do órgão contratante, descritos no DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS anexo a esta ATA;

1.3 As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1 A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade;

2.2. Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3. DA VINCULAÇÃO

3.1 O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decreto municipal nº. 10/17, CONFORME EDITAL, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4. DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

4.1 As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5. DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO

5.1 Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA**, constam do **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS**;

5.2 Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados;

5.3 O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município;

5.4 Os preços ofertados são devidamente registrados, considerando valor praticado na região sul, precisamente o Estado do Rio Grande do Sul, <http://preco.anp.gov.br/>, no período de xx/xx/xx a xx/xx/xx, data da semana anterior à data do Pregão;

5.5 O faturamento será feito considerando-se o desconto proposto pela Contratada, sobre o preço médio semanal vigente, referente à data do fornecimento, com base na tabela divulgada pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, aplicado sobre o preço médio praticado na região Nordeste, precisamente o Estado de Pernambuco;

5.6 O percentual de desconto deverá ser mantido durante todo o tempo de vigência da ata de registro de preços;

5.7 Caso o preço médio do combustível constante na tabela ANP ou aquele repassado aos consumidores (valor da bomba de combustível), **na data da formalização do Contrato**, apresente-se com valor menor do que o apurado nas condições definidas nesta Ata, sempre deverá prevalecer o que for menor, aplicando-se o percentual de desconto da proposta apresentada pela Contratada.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada órgão, a partir da assinatura do instrumento de contrato, conforme o caso, pelo posto contratado, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP, não se admitindo recusa da parte deste posto, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica;

6.2. Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas secretarias e seus fundos municipais, e deverão ser entregues na sede deste município;

6.2.1 A contratação deverá ser feita com empresa que possua posto de combustíveis localizado em um raio de até 5 (cinco) quilômetros do edifício-sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, localizado à Av. Doutor Belmino Correria, 3038, CEP 54.768-000, nesta cidade;

6.3. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço;

6.4. O abastecimento de combustíveis se dará por meio de cartão magnético emitido pela CONTRATADA;

6.4.1 A emissão do cartão magnético deverá ser expressamente autorizada pela respectiva Unidade Administrativa (Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social), através de Ordem de Abastecimento impressa em 02 (duas) vias que comprovem a autorização da emissão com a indicação do nome e sobrenome do motorista autorizado, a quantidade e o tipo de combustível, o número da placa do veículo e do patrimônio, a indicação do Setor a que o veículo está a serviço;

6.5 O controle de abastecimento será efetuado com base nos relatórios devidamente emitidos após cada abastecimento, devendo conter os seguintes requisitos: a data e a hora do abastecimento, identificação do posto, o tipo de combustível, o volume abastecido, preço total em reais, bem como as placas do veículo, a quilometragem apontada em seu odômetro, a identificação e assinatura do condutor e autorização do setor competente, sendo que uma via ficará em poder da empresa e a outra via deverá ser entregue à Unidade Administrativa;

6.6 A empresa deverá oferecer e utilizar os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos e fornecimento de produto, em especial, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja realmente abastecido no veículo indicado, que não sejam abastecidos veículos oficiais que não estejam relacionados na frota das unidades administrativas relacionadas ou expressamente autorizados pelo setor responsável, que os veículos relacionados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;

6.7. Os combustíveis deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e demais legislações correlatas;

6.8. A qualidade dos combustíveis fornecidos é de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.9. A fiscalização e aceitação do Objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores de cada Unidade Administrativa, designados mediante Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica nº 003/2019 da Controladoria Geral do Município de Camaragibe;

6.10. No caso de fornecimento de combustível para transporte em recipientes, destinado ao abastecimento dos equipamentos à gasolina (roçadeiras, motosserra etc.), os recipientes deverão estar em conformidade com o item 5.3 da ABNT NBR15594-1:2008.

6.10.1. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 20 litros e atender aos regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis;

6.10.2. As embalagens devem ser abastecidas até 95% de sua capacidade nominal para permitir a expansão por dilatação do combustível, evitando o transbordamento, e mantendo o contato entre o bico e o bocal do recipiente para permitir o escoamento da eletricidade estática.

6.10.3. Havendo o fornecimento de combustível na forma do caput deste subitem, a Ordem de Abastecimento citada no subitem 4.4.1 deve especificar a que equipamento está destinado.

6.11 O fornecimento será gerenciado através de sistema eletrônico, de acordo com o que está descrito no item 10.26 deste Termo de Referência.

7. DO PAGAMENTO

7.1 Será adotado, para efeito de abastecimento e fechamento da fatura o período de 30 (trinta) dias, devendo a CONTRATADA entregar o documento de cobrança até o 5º (quinto) dia útil da semana subsequente, acompanhado da demonstração do Preço Médio Semanal praticado em Pernambuco, pela ANP, referente ao período apurado;

7.2 O preço que efetivamente será pago por litro de combustível será o resultado obtido a partir do valor médio semanal praticado em Pernambuco diminuído do valor correspondente ao percentual de desconto apurado no certame licitatório;

7.3 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível (valor da bomba de combustível);

7.4 Caso haja impossibilidade técnica ou indisponibilidade de acesso à página eletrônica da ANP, a CONTRATADA deverá faturar o período de consumo levando em consideração o último Preço Médio Semanal apurado;

7.5 Os pagamentos devidos serão efetuados mensalmente em favor da CONTRATADA através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança à Prefeitura Municipal, conforme requisição e entrega dos produtos;

7.6 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de solicitação do pagamento, a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada das vias das Ordens de Abastecimento citadas no subitem 4.4.1 deste instrumento;

7.7 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;

7.8 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar à Prefeitura Municipal de Camaragibe qualquer alteração posterior na situação declarada;

7.9 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas necessárias, não ocorrendo qualquer ônus para o CONTRATANTE;

7.10 Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;

7.11 Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no subitem 2.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcional aos dias de atraso;

7.12 Caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva da CONTRATADA, não caberá pagamento de atualização financeira;

7.13 Sobre o preço contratado do combustível, admitir-se-á reajustes no mesmo índice aprovado pela ANP, uma vez que a composição de custo do combustível leva em conta outros fatores além da margem de lucro do distribuidor, mantendo-se, no entanto, o desconto referido no subitem 5.2.

8. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa; e,

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de CAMARAGIBE-PE por prazo não superior a dois (2) anos.

8.2- Das Multas:

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3- Da aplicação das penalidades:

8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

8.4- Da cumulatividade:

8.4.1- A aplicação da penalidade multa não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5- Da aplicação das multas:

8.5.1- Multa por atraso da entrega:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.

8.5.2- Multa compensatória;

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

9.1.1 O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA;

9.1.2 O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.3 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9.1.4 Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornar(em) superior(es) ao(s) praticados(s) no mercado;

9.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;

9.1.6 Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências desta ATA, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.

9.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

68

10.2 A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:

10.2.1 Recusar o material em desacordo com o objeto;

10.2.2 Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;

10.2.3 Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;

10.2.4 Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.

10.3 A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;

10.4 A rejeição dos lotes não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

11. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR

11.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da **ATA** ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

11.1.1 Greve geral;

11.1.2 Calamidade pública;

11.1.3 Interrupção dos meios de transporte;

11.1.4 Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.1.5 Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.

11.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3 Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este

prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

12.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá

12.1.1 Acompanhar, fiscalizar e assinar a Ata de Registro de Preços;

12.1.2 Publicar a ATA no órgão da imprensa oficial;

12.1.3 Autorizar os órgãos participantes e não participantes a formalizar as adesões nos quantitativos determinados;

12.1.4 Observar os limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes, na legislação vigente;

12.1.5 Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

12.1.6 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA 13.1- A DETENTORA DA ATA obrigar-se-á:

13.1.1 Manter o preço proposto pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

13.1.2 Manter, durante toda a validade da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;

13.1.3 Quando devidamente convocada, comparecer para assinar os contratos decorrentes da desta Ata da Registro de Preços.

13.1.4 Prestar informações solicitadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

13.1.5 Designar preposto para, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, representá-la perante o ÓRGÃO GERENCIADOR, sempre que for necessário.

14. DO FORO

14.1 Nos termos do artigo 55, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é o da Justiça Estadual, Comarca de Camaragibe, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15. DA PUBLICIDADE

O extrato da presente ata de registro de preços será publicado no órgão da imprensa oficial, conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

MARCOS RIBEIRO FILHO

Secretário de Administração

ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXX

Empresa

DETENTORA DA ATA

Camaragibe, em XX de XXXX de 2022.

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT. ANP (PERÍODO XX/XX/2022 A XX/XX/2022)	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Gasolina Comum	Lts	246.707,91			
2	Diesel Comum	Lts	169.213,38			

ANEXO V

MINUTA DE TERMO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA **FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM)**, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CAMARAGIBE E A EMPRESA **XXXXX**, CNPJ Nº **XXXX**, CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XX/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2022.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE**, com sede na Avenida Dr. Belmino Correia, 2340 – Timbi Camaragibe/PE – CEP 54768-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08260663/0001-57, através da **SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE XXXX**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) da pasta, o(a) Sr(a). **XXXX**, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº XXXX, domiciliado neste município, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **XXXX**, com endereço na XXXX, CEP XXXX, nº XXXX - Bairro XXXX, Cidade de XXXX-PE, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, brasileiro(a), inscrito no CPF/MF sob o nº XXXX, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm dentre si, justos e acordados, o presente CONTRATO oriundo da Ata de Registro de Preço nº XX/2022, Processo Administrativo nº XX/2022, Pregão Eletrônico – SRP nº XX/2022, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Federal nº 8.250/14, Decreto municipal nº. 10/17 e mediante as cláusulas e condições adiante expedidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O **PARA FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO**

DIESEL COMUM), conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Pela **AQUISIÇÃO** do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ XXXX,XX (XXXX)**, o percentual de desconto sobre a tabela ANP do presente Contrato, é de X% (XXXX por cento) tanto para gasolina comum quanto para diesel comum;

2.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente executado;

2.3 Os itens que são objeto deste instrumento contratual estão de acordo com os preços registrados na Ata nº XX/2022, vigente desde XX de XXXX de 2022;

2.4 Os pagamentos devidos serão efetuados mensalmente em favor da CONTRATADA através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança à Prefeitura Municipal, conforme requisição e entrega dos produtos;

2.5 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de solicitação do pagamento, a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada das vias das Ordens de Abastecimento citadas no subitem 4.4.1 deste instrumento;

2.6 Será adotado, para efeito de abastecimento e fechamento da fatura o período de 30 (trinta) dias, devendo a CONTRATADA entregar o documento de cobrança até o 5º (quinto) dia útil da semana subsequente, acompanhado da demonstração do Preço Médio Semanal praticado em Pernambuco, pela ANP, referente ao período apurado;

2.7 O preço que efetivamente será pago por litro de combustível será o resultado obtido a partir do valor médio semanal praticado em Pernambuco diminuído do valor correspondente ao percentual de desconto apurado no certame licitatório;

2.8 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível (valor da bomba de combustível);

2.9 Caso haja impossibilidade técnica ou indisponibilidade de acesso à página eletrônica da ANP, a CONTRATADA deverá faturar o período de consumo levando em consideração o último Preço Médio Semanal apurado;

2.10 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;

2.11 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar à Prefeitura Municipal de Camaragibe qualquer alteração posterior na situação declarada;

2.12 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas necessárias, não ocorrendo qualquer ônus para o CONTRATANTE;

2.13 Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;

2.14 Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no subitem 2.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcional aos dias de atraso;

2.15 Caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva da CONTRATADA, não caberá pagamento de atualização financeira;

2.16 Sobre o preço contratado do combustível, admitir-se-á reajustes no mesmo índice aprovado pela ANP, uma vez que a composição de custo do combustível leva em conta outros fatores além da margem de lucro do distribuidor, mantendo-se, no entanto, o desconto referido no subitem 5.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da contratação da empresa de prestação de serviços correrão por conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais, exercício 2022, nos seguintes elementos de despesa:

PREFEITURA

Secretaria de Administração:	20.17.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Assistência Social:	20.22.08.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Educação:	20.24.12.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Defesa Civil:	20.21.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Infraestrutura:	20.25.15.122.1050.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico:	20.20.19.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Esportes:	20.19.27.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Finanças:	20.18.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Segurança Pública:	20.26.15.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Gabinete da Prefeita:	20.11.04.122.1001.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Governo:	20.15.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00
Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Orçamento Participativo:	20.16.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.1070.2266.3.3.90.30.00

FUNDAÇÃO DE CULTURA

13.122.1002.1003.30.01

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada órgão, a partir da assinatura do instrumento de contrato, conforme o caso, pelo posto contratado, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP, não se admitindo recusa da parte deste posto, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica;

4.2. Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas secretarias e seus fundos municipais, e deverão ser entregues na sede deste município;

4.2.1 A contratação deverá ser feita com empresa que possua posto de combustíveis localizado em um raio de até 5 (cinco) quilômetros do edifício-sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, localizado à Av. Doutor Belmino Correria, 3038, CEP 54.768-000, nesta cidade;

4.3. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço;

4.4. O abastecimento de combustíveis se dará por meio de cartão magnético emitido pela CONTRATADA;

4.4.1 A emissão do cartão magnético deverá ser expressamente autorizada pela respectiva Unidade Administrativa (Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social), através de Ordem de Abastecimento impressa em 02 (duas) vias que comprovem a autorização da emissão com a indicação do nome e sobrenome do motorista autorizado, a quantidade e o tipo de combustível, o número da placa do veículo e do patrimônio, a indicação do Setor a que o veículo está a serviço;

4.5 O controle de abastecimento será efetuado com base nos relatórios devidamente emitidos após cada abastecimento, devendo conter os seguintes requisitos: a data e a hora do abastecimento, identificação do posto, o tipo de combustível, o volume abastecido, preço total em reais, bem como as placas do veículo, a quilometragem apontada em seu odômetro, a identificação e assinatura do condutor e autorização do setor competente, sendo que uma via ficará em poder da empresa e a outra via deverá ser entregue à Unidade Administrativa;

4.6 A empresa deverá oferecer e utilizar os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos e fornecimento de produto, em especial, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja realmente abastecido no veículo indicado, que não sejam abastecidos veículos oficiais que não estejam relacionados na

frota das unidades administrativas relacionadas ou expressamente autorizados pelo setor responsável, que os veículos relacionados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;

4.7. Os combustíveis deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e demais legislações correlatas;

4.8. A qualidade dos combustíveis fornecidos é de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.9. A fiscalização e aceitação do Objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores de cada Unidade Administrativa, designados mediante Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica n° 003/2019 da Controladoria Geral do Município de Camaragibe;

4.10. No caso de fornecimento de combustível para transporte em recipientes, destinado ao abastecimento dos equipamentos à gasolina (roçadeiras, motosserra etc.), os recipientes deverão estar em conformidade com o item 5.3 da ABNT NBR15594-1:2008.

4.10.1. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 20 litros e atender aos regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis;

4.10.2. As embalagens devem ser abastecidas até 95% de sua capacidade nominal para permitir a expansão por dilatação do combustível, evitando o transbordamento, e mantendo o contato entre o bico e o bocal do recipiente para permitir o escoamento da eletricidade estática.

4.10.3. Havendo o fornecimento de combustível na forma do caput deste subitem, a Ordem de Abastecimento citada no subitem 4.4.1 deve especificar a que equipamento está destinado.

4.11 **O fornecimento será gerenciado através de sistema eletrônico**, de acordo com o que está descrito no item 10.26 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO NO PREÇO DO COMBUSTÍVEL

5.1 A classificação e adjudicação do objeto do Pregão serão feitas pelo **critério de MAIOR DESCONTO (EM PERCENTUAL)** a ser aplicado sobre o preço unitário/litro do combustível, que corresponderá ao menor preço obtido no pregão;

5.2 O percentual oferecido nas propostas servirá de referência para obtenção do preço a ser pago pelo litro do combustível, conforme referência do item 3.3 do Termo de Referência;

5.3 O percentual incidirá sobre o preço do combustível, neste incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da contratação, inclusive impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

5.4 O índice de percentual fixado para cada combustível **vigora ao longo de todo o período contratual**, sendo fixo e irrevogável;

5.5 O critério para julgamento será o de maior percentual de desconto por item incidente sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco;

5.6 Será considerado o preço médio obtido no “site” da ANP – Agência Nacional de Petróleo para o estado de Pernambuco, considerando a semana anterior à data designada para a realização do Pregão, sendo este o **PREÇO MÉDIO AO CONSUMIDOR**;

5.7 A redução obtida através de percentual de desconto (com até duas casas decimais) aplicado sobre o preço do combustível vigora durante o período do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1 Serão considerados os preços dos combustíveis da semana anterior com o desconto ofertado, para o abastecimento da semana atual;

6.2 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, **deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível** (valor da bomba de combustível).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

7.1 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II,

alínea d, e §5º da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Federal nº 8.250/14, Decreto Municipal nº 10/17, Ata de Registro de Preço nº XX/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

8.2. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos combustíveis e arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização.

8.3. **O posto revendedor é obrigado a realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE.** Para isso, o posto revendedor deve manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Art. 8º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007).

8.4. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura, compreendendo o período de 12 (doze) meses, e a sua execução com início em XX de XXXX de 2022 e término em XX de XXXX de 2023;

9.2 A duração do presente fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários assim como dispõe o caput do art. 57 da Lei nº 8666/1993, tendo em vista a natureza de material de consumo do objeto que, por tal motivo, não pode ser enquadrado nas hipóteses de prorrogação previstas nos incisos do art. 57 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Possuir instalações com infraestrutura mínima e pessoal qualificado para a distribuição e abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Camaragibe.

10.2. Realizar o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Camaragibe de acordo com as Normas Técnicas e obrigações constantes deste termo, podendo a

Prefeitura Municipal de Camaragibe solicitar resultado de análise de amostras dos combustíveis, ou ainda, requerer amostras para efetuar análise de qualidade dos combustíveis para certificação de que os mesmos se encontram de acordo com as Normas da ABNT e ANP.

10.3. Disponibilizar todos os dados necessários ao preenchimento da requisição de combustível apresentada pelo condutor e assinar a requisição após concluído o abastecimento.

10.4. Abastecer, somente e exclusivamente, os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Camaragibe, constantes na relação de veículos fornecida pela Prefeitura.

10.5. Realizar o abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Camaragibe por meio de funcionários treinados e qualificados para tal.

10.6. Verificar sempre se o veículo a ser abastecido consta da relação fornecida pela Prefeitura Municipal de Camaragibe.

10.7. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, que deverão obedecer às especificações determinadas pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, bem como efetuar, às suas expensas, a substituição imediata de qualquer produto, comprovadamente, adulterado e/ou contaminado.

10.8. Fornecer, quando solicitado, no decorrer da vigência contratual, cópia autenticada do Teste de Estanqueidade (Certificado de Estanqueidade do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível) com validade no presente exercício.

10.9. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

10.10. Responder integralmente pelas obrigações contratuais de acordo com a legislação em vigor e, em qualquer hipótese, pelas reclamações trabalhistas que porventura sejam ajuizadas pelos empregados da CONTRATADA contra a contratante relativamente à execução do objeto.

10.11. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

10.12. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente.

- 10.13. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 10.14. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 10.15. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 10.16. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.
- 10.17. Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA.
- 10.18. Manter equipe técnica para a prestação dos serviços, assistência técnica e manutenção, durante o prazo de execução dos serviços.
- 10.19. Cumprir os serviços conforme disposições deste termo e do contrato.
- 10.20. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto previsto neste termo e no futuro instrumento de contrato.
- 10.21. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- 10.22. Após a entrega da requisição autorizando o abastecimento, a empresa contratada deverá procedê-lo imediatamente.
- 10.23. O descumprimento, injustificado do prazo fixado, no item anterior para execução dos serviços e ou entrega de mercadorias e bens acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e Contrato a ser firmado, ficando o Contratado sujeito às penalidades previstas na Lei 8.666/93.
- 10.24. Deverá ser apresentada a seguinte qualificação técnica - Registro da empresa na ANP (Agência Nacional de Petróleo).
- 10.25. Fornecer o objeto por meio da utilização de cartão magnético ou, excepcionalmente, mediante documento de “requisição de fornecimento”;
- 10.26. Fornecer sistema de gerenciamento eletrônico com disponibilização de sistema de dados via internet, com acesso por login e senha, possibilitando o acompanhamento das transações de abastecimento pelo(s) fiscal(is) do(s) Contrato(s) e aquisição do objeto em tempo real, emitindo-se,

a cada operação e por geração automática eletrônica, comprovante de abastecimento no qual deverá constar:

- identificação do cliente (nome e identidade do motorista);
- data e hora do abastecimento;
- litragem abastecida e o respectivo valor total;
- placa do veículo;
- quilometragem registrada em seu hodômetro;
- média de consumo por abastecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Conferir o documento de cobrança com as requisições de abastecimento.

11.2 Pagar a Contratada o prazo estabelecido.

11.3 O Condutor do veículo da Prefeitura Municipal de Camaragibe deverá se identificar junto à unidade de abastecimento da licitante vencedora com apresentação de documento oficial (Carteira Funcional) e “Requisição Padrão” devidamente autorizada por escrito pela autoridade competente do Poder Executivo.

11.3.1 Caso haja recusa de identificação por parte do condutor, a CONTRATADA não poderá abastecer o veículo.

11.4 O Fiscal do contrato, citado no subitem 4.9, será responsável pela conferência de toda documentação e controle de consumo e dar os devidos encaminhamentos para o processamento e pagamento na Nota Fiscal/Fatura.

11.5 Manter atualizada a relação de veículos a serem abastecidos, encaminhando à CONTRATADA nova listagem, sempre que houver alteração.

11.6 Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à contratada.

11.7 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

11.8 Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

11.9 Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

11.10 Serão considerados para efeito de pagamento as compras efetivamente realizadas pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1 É reservado ao CONTRATANTE, sem restringir a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por prepostos designados;

12.2 Durante a vigência do contrato firmado, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor XXXXX, matrícula: XXXX da Diretoria de Transportes, devidamente designado para esse fim;

12.2.1 Durante a vigência do presente, como fiscal administrativo suplente, acompanhará e fiscalizará a execução do seu objeto, o servidor XXXX, matrícula: XXXX devendo atuar sempre nos impedimentos legais e eventuais do titular;

12.3 O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei 8.666/1993 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa;

12.4 Designa-se como gestora deste contrato, a DIRETORIA DE TRANSPORTES, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 13 da Orientação Técnica CGM nº 3/2019;

12.5 As atribuições dos fiscais estão definidas pela Orientação Técnica CGM nº 3/2019, devendo os servidores designados atentarem especialmente para os arts. 12; 13, §§ 2º e 3º; 16; 25; 26 e 29 a 35 do mencionado dispositivo normativo;

12.6 O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior;

12.7 O servidor designado deverá anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas ao CONTRATADO serão as seguintes:

13.1.1 advertência;

13.1.2 multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

13.1.3 suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.1.4 declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.2 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado, subtraído o que foi executado;

13.3 Não havendo mais interesse da CONTRATANTE na execução do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado;

13.4 O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93;

13.5 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;

13.6 Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

13.7 O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ou, no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo nele fixado, acarretará multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo registrado no contrato, sem prejuízo de outras cominações legais;

13.8 A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

13.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei;

13.10 O descumprimento das regras para comercialização de combustíveis em recipientes sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes na Lei nº 9.847/1999 e no Decreto nº 2.953/1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro do limite previsto no Artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

Parágrafo terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

16.1 Integram o presente instrumento, o Edital do Processo Administrativo nº XX/2022, Processo Licitatório nº XX/2022, tombado sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XX/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

§ 1º - A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, (todas as condições de habilitação exigidas no Edital ou a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS).

§ 2º - Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais 8.666/93, 10.520/02, 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONTAGEM DOS PRAZOS

17.1 Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÕES, PUBLICIDADE DOS ATOS E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos, convenientemente numeradas, em duas vias, uma das quais ficará em poder do emitente depois de visada pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICIDADE DOS ATOS

19.1 Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no **Diário Oficial**, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

19.2 Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – TERMO ADITIVO

20.1 Qualquer medida que implique em alteração dos direitos/obrigações aqui pactuadas só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada através de Termo Aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na Lei n° 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

22.1 Nos termos do artigo 55, §2º, da Lei Federal n° 8.666/93, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é o da Justiça Estadual, Comarca de Camaragibe, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Camaragibe, em XX de XXXX de 2022

XXXXXXX

Secretário de XXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXX

Empresa

CONTRATADA